

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

ANA MARIA ALVES DE FREITAS GÓIS

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DAS DIVERSIDADES:
UMA VIVÊNCIA NA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO**

Ana Maria Alves de Freitas Góis

Professora Dr^a.:
Maria de Fátima Ferreira de Araújo

ANA MARIA ALVES DE FREITAS GÓIS

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DAS DIVERSIDADES:
UMA VIVÊNCIA NA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora:
Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima F. de Araújo

JOÃO PESSOA
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G616e Góis, Ana Maria Alves de Freitas
A escola como espaço de convivência das diversidades
[manuscrito] ; uma vivência na escola José Lins do Rego / Ana
Maria Alves de Freitas Góis. - 2014.
41 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo,
Departamento de Ciências Biológicas".

1. Identidades. 2. Interação. 3. Diferenças. 4.
Desigualdades. I. Título.

21. ed. CDD 379.26

ANA MARIA ALVES DE FREITAS GÓIS

**A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DAS DIVERSIDADES:
UMA VIVÊNCIA NA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 26/04/2014.

Banca Examinadora

Prof.^a Maria de Fátima F. Araújo /UEPB
Dr.^a Maria de Fátima Ferreira de Araújo
Orientadora

Prof. Jacqueline E. Barrancos /UEPB
Dr.^a Jacqueline E. Barrancos

Prof. M.^a Lindzei Gomes de Souza /UEPB
Dr.^a Maria Lindzei Gomes de Souza

**As minhas filhas, que “especialmente”
são elos entre eu e Deus.**

AGRADECIMENTOS

A Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, pela valorização aos professores da rede pública estadual, ao proporcionar-lhes esta especialização.

A Universidade Estadual da Paraíba, pela dedicação nos trabalhos, compreensão e generosidade com os participantes desta especialização.

Aos professores da UEPB ministrantes desta especialização, em especial José do Egito, Soraia, Alcilene, Jailton e Giuliana e todos da EAD, que a cada módulo me transformava em um educador mais capaz e apto para mudanças.

Aos professores e aos alunos da Escola Escritor José Lins do Rêgo, pela importantíssima participação, que fundamentaram os resultados da efetiva pesquisa.

Ao meu pai (in memoriam) e minha mãe, que me conduziram para o bem, fortalecendo, portanto, o entendimento de ser educador.

A professora Dr^a Maria de Fátima Araújo, que com presteza e paciência orientou os trabalhos desenvolvidos durante esta pesquisa.

Aos colegas da especialização, que deixarão boas lembranças dos bons momentos de convivência, que tivemos nessas manhãs de sábado.

A minha família, que mesmo sentindo a minha ausência nas manhãs de sábado, compreenderam e até me estimularam a continuar nos momentos de cansaço, pela jornada semanal de trabalho.

GÓIS, Ana Maria Alves de Freitas. **A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DAS DIVERSIDADES: UMA VIVÊNCIA NA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO**, pesquisa desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio Escritor José Lins do Rêgo, 2014.

RESUMO

A escola apresenta-se como um espaço sociocultural de aprendizagem e de convivência no qual as diferentes identidades se encontram. Portanto, caracteriza-se como um dos espaços mais importantes para educar visando o respeito às diferenças e, sobretudo, não transformando essas diferenças em desigualdades. Nesta compreensão é que foram alicerçados os trabalhos para o desenvolvimento desta pesquisa, iniciada em fevereiro de dois mil e treze. O principal objetivo consistiu em analisar as formas de interação entre os que compõem a comunidade escolar da E.E.E.M. Escritor José Lins do Rêgo, no que diz respeito às relações que venham ocasionar atitudes de exclusão, pela ausência do respeito às diferenças entre os sujeitos, que formam este ambiente de convivência escolar. Nesta pesquisa destacam-se metodologias realizadas no cotidiano escolar, com o auxílio de alguns professores, tendo, desta forma, repercutido de maneira positiva no desenvolvimento da mesma. Como instrumento técnico foi utilizado questionários com um grupo de alunos das primeiras, segundas e terceiras séries do ensino médio. Os questionários foram elaborados com questões objetivas e subjetivas, respondidos de forma anônima, com o efetivo auxílio de alguns professores como mediadores na aplicação dos questionários. Durante um período de permanência voltada à pesquisa na escola, foram realizadas algumas observações junto à comunidade escolar. Através da dialética improvisada, junto aos educadores e funcionários, foram obtidas informações importantes que contribuíram com o enriquecimento de algumas conclusões desta pesquisa. Foi verificado que na escola desenvolve-se um projeto, com um pequeno grupo de alunos e professores, apresentando como principal objetivo o de reduzir atitudes preconceituosas e a melhoria das relações humanas. Acreditamos que esta pesquisa venha, no futuro, colaborar com a efetiva melhoria das relações humanas entre os alunos e funcionários da escola. Assim, a escola pode compreender a sua importante função como agente transformador. Além disso, este trabalho pode contribuir para a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e à respeitabilidade das orientações sexuais, religiosas, identidade de gênero e as demais diversidades nesta instituição de ensino. Esta contribuição se traduz em subsídios para a promoção e incorporação das relações humanas entre todos que fazem parte da educação humanizada da Escola José Lins do Rêgo, que com certeza ultrapassarão os muros da escola.

Palavras-Chave: Identidades; Interação; Diferenças; Desigualdades.

GÓIS, Ana Maria Alves de Freitas. **A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DAS DIVERSIDADES: UMA VIVÊNCIA NA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO**, pesquisa desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio Escritor José Lins do Rêgo, 2014.

ABSTRACT

The school is a sociocultural space of learning and coexistence in which different identities meet. Therefore, it is characterized as one of the most important spaces to educate aiming to ensure the respect for differences, and especially not turning these differences into inequality. This understanding built the work for the development of this research, which started in february, 2013. The main objective was to analyze the forms of interaction between those who make up the E.E.E.M. Escritor José Lins do Rêgo school community, concerning relationships that may lead to attitudes of exclusion, due to the lack of respect for differences between subjects that make up this environment of school life. In this research we highlight methodologies performed in school life, with the help of some teachers, having thus reflected positively in the development of the research. Questionnaires with a group of students of the first, second and third year of high school were used as instruments for data collection. The questionnaires were made up of both objective and subjective questions, which were answered anonymously, with the effective assistance of some teachers as mediators in the application of the questionnaires. During the period of stay in school, focused on research, some observations were made along with the school community. Through improvised conversations with educators and school staff, important information that contributed to the enrichment of some conclusions of this research was obtained. It was found that the school develops a project with a small group of students and teachers, with the main objective to reduce biased attitudes and improve human relations. We believe that this research will contribute in the future to the effective improvement of human relations among students and school staff. Thus, the school can understand its important role as an agent of transformation. Additionally, this work can contribute to the effectiveness of actions that promote political and social environments favorable to ensuring human rights and respectability of sexual orientation, religions, gender identity and other diversities in this educational institution. This contribution translates itself into subsidies for the promotion and incorporation of human relations among all who are part of the humanized education of the José Lins do Rego School, which surely will go beyond the school's walls.

Key words: Identity, Interaction, Differences, Inequalities.

LISTA DE SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexual e Transgêneros
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MST	Movimentos dos Sem Terra
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SMEC	Secretaria do Ministério de Educação e Cultura
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
ONU	Organização das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO.....	13
2.1 Oferta Educativa.....	13
2.2 Contexto Interno.....	14
2.3 Expectativa dos Alunos Frente à Escola.....	15
2.4 Recursos Disponíveis.....	16
3 A COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR.....	17
3.1 Os Preconceitos vivenciados na escola.....	17
3.2 Modelo da Educação Brasileira.....	19
3.3 O Multiculturalismo nas Políticas Educacionais.....	22
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	28
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
5.1 Reflexões dos dados Obtidos Através dos Questionários	31
6 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICES.....	38

1 INTRODUÇÃO

A escola apresenta-se como um espaço sociocultural de aprendizagem e de convivência em que as diferentes identidades se encontram, caracterizando-se, portanto, como um dos espaços mais importantes para se educar visando o respeito às diferenças e, sobretudo, não transformando essas diferenças em desigualdades. Para refletir sobre o importante papel que a educação desempenha na transformação dos sujeitos é necessário que o educador lance mão da sua capacidade de transformar e de gerar opiniões, perceba a importância da sua função diante da sociedade e reconheça que as suas ações ultrapassam a de transmitir conteúdos, já que se educa para a vida, formam-se cidadãos para um mundo ético e principalmente humanizado. É nesta compreensão que conduzirei o estudo para realização desta pesquisa, que terá como principal objetivo reconhecer as formas de interação que ocorrem entre os componentes da comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Escritor José Lins do Rêgo, diante das diferenças existentes entre os sujeitos desta instituição de ensino.

Questiona-se por que diante de tantas intervenções ocorridas na sociedade, a nível de mídia, de movimentos sociais, lutas de grupos, como, por exemplo, as lutas afrodescendentes, das mulheres vítimas de violência, das lésbica, gays, bissexuais, transexuais (LGBTs) e do movimento dos sem terra MST, com o propósito de minimizar atitudes preconceituosas, o preconceito continua sendo evidente em todos os segmentos da sociedade, inclusive na escola?

A ausência, de práticas pedagógicas voltadas ao respeito, tem passado para sociedade que a escola reproduz a dinâmica de exclusão social e que multiplica atitudes preconceituosas junto aos seus alunos ou até mesmo a prática da tolerância, ao negar-se reconhecer atitudes de exclusão ocorridas no cotidiano do ambiente escolar.

Visualizar a escola no cenário sócio-político atual requer alguns cuidados. Hoje entendida e estudada como organização, ela assume um papel importantíssimo na sociedade, que vai além da transmissão de conteúdos, atinge a conceituação de ser um espaço de autonomia pedagógica, curricular e profissional. Intimamente ligada a essa escola e a função que ela exerce está o currículo, entendido como um projeto efetivo de mudanças nas suas práticas. É sobre o papel da escola que nós educadores devemos delinear nossas discussões, procurando buscar os seus objetivos e sua função social, a partir, por exemplo, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1999). Dessa forma, se analisarmos a sucessão de funções

sociais que a escola assumiu ao longo dos anos, entenderemos que o currículo é o instrumento viabilizador das funções que a escola assume.

Escola é o tempo e o espaço da socialização, da aprendizagem e da convivência. Considerando que nela se encontram as diversidades reunidas, ela é o lugar da aprendizagem do espírito democrático e republicano. Contudo, as nossas crianças, adolescentes e jovens trazem do berço familiar e cultural um profundo preconceito, em diferentes âmbitos da vida: preconceito étnico-racial, de gênero, de grupo sócio econômicos, de diferente orientação sexual, de diferentes identidades territoriais, em relação a portadores de necessidades especiais etc. Das discussões pertinentes à escola, está o preconceito, tema necessário e urgente que se encontra ausente nas práticas pedagógicas da maioria dos educadores.

O reconhecimento de que há um profundo preconceito latente na realidade brasileira, inclusive na escola, torna-se o ponto inicial para a sua superação. Chega a ser um absurdo e uma contradição insustentável encontrarmos o preconceito e a discriminação atuantes nos centros educativos. Nessa lógica, a escola perpetua a estrutura e a dinâmica social, ao preparar de forma desigual e injusta os alunos para este mundo no qual o preconceito é latente e manifesto.

Contra essa corrente, a primeira função da escola é problematizar e desnaturalizar esse preconceito discriminatório que existe em nossa sociedade.

As discussões voltadas às questões de inclusão igualitária entre alunos e demais componentes da comunidade escolar ganham pouca relevância entre educadores, assim como nos conteúdos das formações continuadas oferecidos ao corpo docente, e mesmo quando são oferecidos, poucos educadores se dispõem a realizarem tais formações. Existe uma grande dificuldade dos educadores refletirem no seu dia-a-dia, como por exemplo, sobre as desigualdades de gênero e orientações sexuais, justamente pela ausência dessas discussões nas formações que lhes são oferecidas. A própria ausência desses temas como conteúdos programáticos dos currículos, na formação dos educadores, interfere nessa resistência por parte dos trabalhadores em educação.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ESCRITOR JOSÉ LINS DO RÊGO (2014)

Nesta descrição pretendem-se apresentar a caracterização das diferentes áreas que compõem esta instituição de ensino, como também os grupos que formam os recursos humanos que contribuem com o funcionamento desta escola.

A escola encontra-se em uma comunidade que busca e confia nos trabalhos desenvolvidos nesta instituição, porém, timidamente participa das decisões escolares, estando presente em número reduzido, apenas, nas convocações para reuniões de pais.

As informações que serão apresentadas sobre o contexto interno da escola, consistirão em dados concretos adquiridos através do Plano Político Pedagógico (PPP) e de informações obtidas pelos gestores.

Serão apresentados dados relativos aos recursos disponíveis, de forma a apresentar a realidade desta escola, no ano letivo 2014.

Os espaços físicos têm sido, desde o ano de 2011, compartilhados com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que funciona no turno manhã e com grande parte do turno noite. Desta forma o ensino médio funciona no turno tarde, num total de dezoito turmas e seis turmas no turno noite.

1. Oferta Educativa

A oferta educativa centra no ensino médio completo, formando o total de vinte e quatro turmas, predominando o funcionamento no turno tarde.

Desde o ano letivo de 2011/2012 a escola dinamizou a oferta de projetos com temas diversos, como por exemplo: A Família na Escola; Coleta Seletiva e Práticas de Educação Ambiental; Educando para uma Escola Livre de Preconceito e outros, em que têm contribuído de forma positiva com o ensino aprendizagem, além de proporcionar premiações para escola (Prêmio Escola de Valor) e para os professores coordenadores dos projetos (Prêmio Mestre em Educação), reconhecimento, este, da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

2. Contexto Interno: Recursos humanos

QUADRO I - PESSOAL DOCENTE POR GÊNERO E POR DISCIPLINA

DISCIPLINA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Artes	03		03
Biologia	02	03	05
Educação Física	01	04	05
Filosofia		01	01
Física	01	03	04
Geografia	02		02
História	04	01	05
Inglês	02	01	03
Matemática	02	06	08
Português	01	08	09
Química		03	03
Sociologia		01	01
Sala Atend. Educ. Esp.	01		01
Proj. Se Sabe de Repente	01		01
TOTAL	20	31	51

*O quadro de professores encontra-se completo e coerente, no que diz respeito a sua graduação e a disciplina que leciona.

QUADRO II - HABILITAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES

NÍVEL DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
LICENCIATURA	19
ESPECIALIZAÇÃO	27
MESTRADO	05
Total	51

*Observa-se que a maioria dos educadores possui pós-graduação, inclusive alguns com mestrado.

QUADRO III - TEMPO DE SERVIÇO – DOCENTES EM EXERCÍCIO

	Até 05 Anos	De 6 a 15 Anos	De 16 a 35 Anos	Mais de 35 Anos
	2	1	48	

*Nos dados obtidos observa-se que a maioria dos educadores possui o tempo de serviço próximo ou já completo para efetivação da aposentadoria.

QUADRO IV - VÍNCULO PROFISSIONAL DOS DOCENTES

EFETIVO	CONTRATO	TOTAL
50		50

*Observa-se que todo o quadro de professores desta instituição é efetivo.

QUADRO V - DISTRIBUIÇÃO DOS NÃO DOCENTES POR CATEGORIA E POR GÊNERO

CARGO/FUNÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Agente Administrativo		02	02
Apoio Pedagógico	06		06
Auxiliar de Secretaria	06	01	07
Auxiliar de Serviço	09	05	14
Instrutor de Banda		01	01
Merendeira	04		04
Orientadora Educacional	01		01
Porteiro		03	03
Téc. Administrativo	04	04	08
Téc. Nível Médio		01	01
Vigilante		05	05
	30	22	52

*Observa-se que o quadro exposto, de não docentes, encontra-se completo.

QUADRO VI - POPULAÇÃO DOS DISCENTES POR SÉRIE E POR GÊNERO TURNO TARDE

SÉRIE	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Primeira	169	151	320
Segunda	156	133	289
Terceira	177	108	285
TOTAL	502	392	894

*A totalidade de alunos está condizente com o número de vagas oferecidas por séries e por números de alunos por sala.

3. Expectativa dos Alunos Face à Escola

Inquiridos informalmente sobre a sua expectativa futura face à escola, a grande maioria dos alunos têm o desejo de ingressar no ensino superior, porém, ressaltando que uma parte de discentes tem como opção a inserção no campo de trabalho, devido à necessidade, na maioria das vezes, de contribuir com o orçamento familiar.

Com a responsabilidade de contribuir com o desejo dos alunos que pretendem ingressar na universidade, nossa escola não tem medido esforços para oferecer um ensino aprendizagem de qualidade, preparando os jovens pela via do sucesso no prosseguimento dos estudos.

4. Recursos Disponíveis

Embora a escola apresente uma estrutura física com número de salas elevado (20 salas por turno), biblioteca, laboratórios, quadra esportiva, salas destinadas ao atendimento de psicologia, de atendimento pedagógico, de direção e vice direção, auditórios, cozinha e outros, enfrentamos alguns problemas, como por exemplo, salas de aula com pouca ventilação, número elevado de alunos, que ultrapassam de trinta e cinco, número este, determinado pela ordem de serviço da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, uso limitado de alguns ambientes, devido a utilização dos mesmos espaços pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Contamos também com a formação e atuação do conselho escolar, como também com a presença do grêmio estudantil, que positivamente têm contribuído com o crescimento desta escola.

QUADRO VII - OS ESPAÇOS DISPONÍVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DO ENSINO MÉDIO É ATUALMENTE DE:

24 Salas de aula com data show
1 Quadra esportiva sem vestuários e sem banheiros
1 Biblioteca
1 Auditório e um mine-auditório
1 Cozinha sem refeitório
1 Secretaria
1 Sala de direção
1 Sala de vice direção
1 Sala para atendimento psicológico
1 Sala para coordenação pedagógica
1 laboratório de informática sem utilização por problemas técnicos
1 laboratório de biologia com utilização limitado, devido o uso compartilhado com uepb

3 A COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR.

3.1 Os Preconceitos Vivenciados na Escola

A reflexão sobre preconceito no ambiente escolar, que norteará toda discussão desta pesquisa, permitirá reconhecer as relações que não são aceitas, ao contrário, está o tempo todo em tensão, de forma a compreender as maneiras em que interagem os sujeitos e em que condições têm posições de relativa mobilidade no campo social escolar, como também de que forma as identidades são construídas socialmente, na medida em que venha a ocorrer movimento de desnaturalização dos sujeitos na comunidade.

Não é difícil encontrar, no ambiente escolar, sujeitos que tenham definições prontas e corretas sobre preconceito, como: é um "juízo" preconcebido; é uma manifestação geralmente em forma de uma atitude "discriminatória"; é rejeição perante pessoas, lugares ou tradições consideradas diferentes ou "estranhas"; indica desconhecimento pejorativo de alguém, ou de um grupo social, ao que lhe é diferente. Todas essas definições não corroboram com as atitudes em que reproduzem o preconceito na convivência escolar e muitas vezes tratadas como se tivessem dentro da normalidades nas relações do cotidiano escolar.

Entende-se, portanto, que a escola ao se negar reconhecer atitudes de exclusão, ocasionada por preconceito, ela não apenas desamparam os sujeitos, que por sua vez espera dela acolhimento, como também multiplica ao preparar estes sujeitos para sociedade.

As formas mais comuns de preconceitos vivenciados nos ambientes de convivência, inclusive na escola, são: social, "racial" e "sexual". No Brasil, somente a bem pouco tempo, preconceito é considerado crime. Conquista, esta, das lutas dos grupos sociais que perduram por muitas décadas.

De modo geral, o ponto de partida do preconceito é uma generalização superficial, chamada "estereótipo". Exemplos: "todos os alemães são prepotentes", ou "todos os ingleses são frios", o conceito de "raça pura", todos os nordestinos são caipiras de pouca cultura, a mulher é sexo frágil, os homossexuais são propulsores das doenças sexualmente transmissíveis etc. Observar características comuns a grupos são consideradas preconceituosas, quando entrarem para o campo da agressividade ou da discriminação, caso contrário reparar em características sociais, culturais ou mesmo de ordem física por si só não representam preconceito, elas podem estar e/ou não denotando apenas costumes, modos de determinados grupos ou mesmo a aparência de povos de determinadas regiões, pura e

simplesmente como forma ilustrativa ou educativa, por vezes questionada pela Ciência e a psicologia e até mesmo por militante de lutas de grupos ativistas.

Os temas multiculturalismo e diferença tem se tornado bem atual nas políticas educacionais, principalmente nas políticas públicas oficiais, mesmo de forma bem superficial, ou seja, de forma marginal nos temas transversais que constituem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), legitimando o reconhecimento dos referidos temas e ao mesmo tempo demonstrando a ausência de teorias para temas como identidade e diferença.

No entendimento de Silva, (2011) em geral o chamado “multiculturalismo” apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Na verdade existe apenas o reconhecimento da existência da diversidade, porém não existe uma política pedagógica adequada que coloque no seu ceio a crítica política da identidade e da diferença. (Silva: 2011, p. 63).

Não se pode abordar temas tão importantes como multiculturalismo e diferença em educação simplesmente como uma questão de tolerância e respeito para com a diversidade cultural. Por mais que esses sentimentos pareçam humanizados, eles distanciam do entendimento do que é diversidade como um processo de produção social que envolve relações de poder.

Há décadas que a educação no Brasil é reconhecida, pelos movimentos de luta, como um espaço em que se reproduz uma educação fundamentada em valores de civilizações ocidentais, excluindo a diversidade presente na sociedade brasileira, inferiorizando as civilizações africanas e indígenas presente na essência da nossa cultura. Louro (1997) afirma categoricamente:

A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e imediatamente separou os meninos das meninas. (Louro. L. G.: 1997, p. 79)

As definições de identidade e diferença, na nossa gramática, caminham juntas, porém inferiorizando o significado de diferença. A identidade é definida para identificar o que a pessoa é (aquilo que sou), enquanto diferença é definida como contrária a identidade (aquilo que não sou). Como por exemplo, ao afirmar que sou heterossexual, estou apresentando a minha identidade, subentendendo (lendo-se) que não sou homossexual, que é a diferença. Ao afirmar que sou branco, deve-se ler que não sou negro. A gramática neste caso permite simplificações, porém, de forma segregadora.

Silva, (2011) afirma que a gramática ajuda, mas também esconde. Ao mesmo tempo expõe a sua compreensão, ao dizer que as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade.

Nesta perspectiva identidade e diferença têm significados que se completam e são, pois, inseparáveis, tomando, portanto, a identidade como referência e a diferença definida a partir da identidade.

Em outra perspectiva o autor contraria a primeira ao afirmar que é necessário considerar a diferença, não simplesmente, como complemento do significado do que é identidade, mas fazendo parte de um processo, assim como identidade.

3.2 Modelo da Educação Brasileira

O modelo educacional utilizado no Brasil, em distintas épocas, continuou a seguir padrões vindos de outros continentes, tendo uma influência europeia muito forte. Infelizmente, estes padrões, têm repercutido nas relações de convivência nos dias de hoje, no comportamento social dos sujeitos e na forma de como se produz o “currículo” a se trabalhar no Sistema de Ensino da Educação Brasileira. Por ser o currículo um elemento tão presente na escola, seu conceito torna-se escorregadio, sendo definido e redefinido por diversas vezes. Historicamente, o currículo é, para alguns teóricos, e principalmente para os professores, apenas um instrumento, ou até, o “guia mor” da atividade educativa e pedagógica nas escolas. Assim, compreende-se que os estudos voltados ao multiculturalismo não se prendem a currículos de determinadas disciplinas, mas abrangem toda a realidade prática e teórica do educador, podendo discutir temas que vão desde a luta feminina, homossexualidade, discriminação racial, AIDS e saúde, etc., até a discussão curricular, no campo educacional. Propostas presentes nos Parâmetros Curriculares. Embora abordados de forma insuficiente, como já citado antes, em forma de apelo ao respeito e a tolerância. Guacira López melhor se expressa ao afirmar:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. (1997, p. 82).

3.3 A Educação como Direito: Relações de Gênero

A educação na maioria dos países do mundo foi estruturada de forma excludente, tendo como objetivo priorizar a educação para homens. No Brasil essa exclusão das mulheres no sistema educacional, também conhecida como hiato de gênero, somente começou a ser revertida a partir do século XX: O hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. Contudo, as mulheres conseguiram eliminar e reverter este hiato durante o século XX. Segundo Alves (2003), a reversão do hiato de gênero na educação foi a maior conquista das mulheres brasileiras no século passado (Beltrão & Alves, 2004, p. 3).

A Constituição de 1988 marca um importante momento do movimento de mulheres. Na educação, assim como em outros âmbitos, grandes conquistas foram alcançadas. Neste momento, no entanto, a luta estava inteiramente voltada para a conquista de direitos igualitários. Ficava garantido, então, o acesso de todos os indivíduos à educação independentemente de classe social, raça/etnia, crença ou sexo.

Neste documento o conceito de gênero é inexistente, devido ao momento histórico em que foi gerado, porém a tentativa de extinguir a discriminação entre homens e mulheres se dá, assim como em relação aos outros tipos de discriminação, pela afirmação do direito de todos à cidadania e pelo repúdio a intolerância de qualquer espécie.

3.4 Escola: Inferiorização da Cultura Africana e Indígena

Os valores civilizatórios ocidentais nos quais estruturaram a educação brasileira criaram a escola como um espaço em que se inferiorizaram as culturas africanas e indígenas. Os atores das lutas contra o racismo, a favor de uma educação que se contemple a cultura africana e indígena, como os movimentos negros dos terreiros de candomblé, associações de moradores, associações de capoeira, movimentos afrodescendentes e tantos outros nunca passou de pauta de reivindicações, que desencadeiam, nas escolas, em crianças e jovens o sentimento de desigualdade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) informa que 51% da população brasileira é negra, no entanto este número não corresponde ao número de negros presentes nas salas de aula. É na escola pública onde se encontra o maior número de negros,

porem o seu desempenho escolar vem reproduzindo o discurso de sempre: evasão e repetência. Segundo Nascimento (2005):

O mais agravante deste quadro é o processo de estigmatização, resultante dessas análises, que identificam a incapacidade dos alunos negros em aprender e a falta de compromisso dos professores ensinar. (Nascimento. 2005, p. 95).

É evidente que esta análise é uma forma do estado se isentar de sua responsabilidade e continuar a reproduzir um modelo inadequado de se fazer educação e multiplicar e inferiorizar as culturas que deram origem a história do seu povo: culturas africana e indígena, que só confirmam a existência de sujeitos excluídos e a desestruturação das identidades de muitas crianças e jovens brasileiros.

O estado quer minimizar a sua ausência, para com a diversidade cultural, criando o sistema de cotas universitárias, exatamente com quem ele mais se omitiu: os negros, os índios e os estudantes da escola pública. Lógico que é uma ação positiva de reconhecer a sua omissão, mas a busca do cidadão brasileiro vai além do sistema de cotas. Ele quer disfrutar igualmente das oportunidades de todos os cidadãos brasileiros e que um dia, quem sabe, não seja necessário grupo de lutas e muito menos de cotas para ingressarem nas universidades. Enfim, a cultura indígena e africana reivindica por uma escola em que a suas culturas estejam presentes nos conteúdos programáticos do sistema de ensino brasileiro.

Ao responsabilizar os professores pelos índices de evasão e reprovação, o estado só confirma a sua incapacidade de produzir um ensino de qualidade. Todo ensino reproduzido pelos professores fazem parte de uma estrutura formal, de organização determinada pelas instâncias superiores (MEC, SMEC), que nutrem práticas autoritárias, em que reproduzem escolas tipicamente em crise e que necessitam, urgentemente, refazer o seu contexto pedagógico, de forma que os conteúdos programáticos sejam repensados e reproduzidos de forma a atender todos os cidadãos brasileiros.

Neste contexto, considerando o currículo como um conjunto de práticas culturais e sociais, geradores de transformações e de conhecimentos relevantes, a escola necessita adaptá-lo e incorporá-lo ao cotidiano pedagógico, atendendo com fidelidade a todos os sujeitos da sociedade brasileira, não esquecendo, jamais, da diversidade cultural.

3.5 O Multiculturalismo nas Políticas Educacionais

Os temas multiculturalismo e diferença tem se tornado bem atual nas políticas educacionais, principalmente nas políticas públicas oficiais, mesmo de forma bem superficial, ou seja, de forma marginal nos temas transversais que constituem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), legitimando o reconhecimento dos referidos temas e ao mesmo tempo demonstrando a ausência de teorias para temas como identidade e diferença.

No entendimento de Silva, (2011) em geral o chamado “multiculturalismo” apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Na verdade existe apenas o reconhecimento da existência da diversidade, porém não existe uma política pedagógica adequada que coloque no seu ceio a crítica política da identidade e da diferença. (Silva. 20011, p. 63).

LDB E PCN

Aprovada em dezembro de 1996, após oito anos de tramitação no Congresso, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) representa por um lado a vitória de setores ligados à educação, que vinham mobilizando-se em torno de sua elaboração, e por outro a derrota diante da intervenção federal, sob a coordenação do Ministério da Educação, em favor de um projeto substitutivo elaborado pelo então senador Darcy Ribeiro, que retirava de seu texto importantes reivindicações destes setores (Viana & Unbehaum. 2004, p.11), Entre as consequências dessa substituição pode-se destacar a indefinição quanto ao número de alunos por sala de aula (Art. 25), o que tem resultado na superlotação das salas e em precárias condições para o trabalho docente, diferente da meta prevista no projeto original (20 alunos/sala para a educação infantil, 30 alunos/sala para o ensino fundamental e 40 alunos/sala para o ensino médio), a redução da proposta original de um piso salarial nacional para a de diferentes pisos salariais municipais e estaduais (Art. 67, III), entre outras.

Publicado logo após a aprovação da LDB, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), é uma proposta de conteúdos que deve orientar a estrutura curricular de todo o sistema educacional do país, servindo como um referencial e não como uma diretriz obrigatória.

Como nos mostra Vianna e Unbehaum, (2004): Os PCN têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos estados e municípios, que pretende

contextualizá-la em cada realidade social. Nesse sentido, a proposta curricular das instituições escolares envolvidas deve contar com a participação de toda a equipe pedagógica, a fim de garantir o diálogo entre tais orientações e as práticas já existentes nas instituições.

Assim como a LDB, os PCN foram primeiramente resultado de ampla consulta à profissionais ligados à educação, a partir do qual o Ministério da educação elaborou a versão final.

Quanto à inclusão da questão de gênero, nota-se que existem diferentes âmbitos nos quais se pode subentender a presença ora velada, ou explícita de questões de desigualdade entre os indivíduos de diferentes sexos.

A LDB também reflete esta tendência, buscando a eliminação das desigualdades no âmbito do direito igualitário à educação. A noção de tolerância também está presente, sendo que sua utilização parece um tanto quanto complicada, já que o ato para melhor conceituação do conceito de hiato de gênero, (ver Beltrão & Alves. 2004, p.11) entende que tolerar pressupõe uma atitude de bondade dos indivíduos superiores para com os inferiores.

Já no PCN, a referência ao gênero se dá de forma mais concreta e clara. Neste documento temas como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, sexualidade e saúde, aparecem como os chamados **temas transversais** que devem ser tratados juntamente com todos os conteúdos de que se a escola se ocupa tradicionalmente.

Dos volumes que se ocupam destes temas, a questão de gênero é mais amplamente tratada naquele que trata da sexualidade. Já na apresentação no volume oito, ao se referir ao tratamento a ser dado à Orientação Sexual, esclarece-se que ele deve focar as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade; propõem-se, com isso, três eixos para orientar a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Brasil, 1997, v.8, p.3134).

No eixo Relações de Gênero, fica claro, que ele propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis (PCN, v.8, p.35). Os objetivos assumidos neste volume são combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, incentivando, nas relações escolares, a diversidade de comportamento de homens e mulheres, a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino (PCN, 1997, v.10, p.144-146). Nessas referências existe a preocupação expressa com a criação de novos padrões de conduta, capazes de criar uma sociabilidade pautada na igualdade de gênero.

Sobre a abordagem da temática de gênero praticamente restrita ao bloco referente à sexualidade, é importante ressaltar que com isso corre-se o risco de vincular a formação das identidades de gênero ao corpo e à sexualidade, perdendo assim a própria dimensão do conceito de gênero, que busca pensar nessas identidades como construções sociais mais amplas, desvinculadas das concepções naturais de formulação do feminino e do masculino.

O mesmo acontece quando se trata das relações de gênero relacionadas diretamente com a discussão sobre a prevenção de doenças. Em última análise, essa abordagem incorre no risco de se reduzir aos aspectos fisiológicos, relações essencialmente pautadas pela sociedade em que estão inseridas.

Quando a temática da ética é introduzida, o gênero aparece de forma menos clara. Neste bloco, a menção ao respeito mútuo deixa subentendido o incentivo ao combate as discriminações de todos os tipos.

3.6 Educação Inclusiva e Diversidade

A educação, um dos maiores instrumentos de persuasão, deve ser trabalhada como meio de reconhecimento e afirmação dos direitos humanos e da diversidade existente entre as pessoas. É a partir da educação que é possível incluir essa imensa parcela da população brasileira no desenvolvimento, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania. Entretanto, para que se possa dar efetividade a essa proposta de Educação Inclusiva, faz-se imperioso garantir o acesso a uma educação de qualidade, pluralista e emancipatória, compreendida enquanto aquela que, muito mais que possibilitar a formação acadêmica, científica, cultural e humanista, estimula a curiosidade, a criatividade e a busca por aprimoramento a todas as pessoas.

A Educação Inclusiva ultrapassa a valoração do diálogo com o “outro”, alcançando, necessariamente, o respeito à pessoa, independentemente de sua orientação sexual, da sua etnia, do seu gênero, das suas limitações intelectuais, da sua religião, do seu estilo, estimulando a convivência harmônica entre as diferenças, objetivando que essa diferença não seja usada como forma de autorizar desigualdades, inferiorização, silenciamentos, constrangimentos, insultos e agressões. Afinal, tem que se compreender que a diversidade é eminentemente pedagógica.

No que diz respeito às discussões sobre sexualidade, o Estado brasileiro, reconhecendo essa necessidade, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, afirma: As

manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola. Essas práticas se fundamentam na ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. De fato, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende. Para isso, optou-se por integrar a Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, por meio da transversalidade, o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema de Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio da sua própria proposta de trabalho. Ao se apresentarem os conteúdos de Orientação Sexual, serão explicitadas as articulações mais evidentes de cada bloco de conteúdo com as diversas áreas (CNE, 1998).

3.7 Legislação: Garantia de Todos

O preconceito é a verdade mais renegada da humanidade. As pessoas são preconceituosas, mas não admitem. Social, racial ou sexual, o preconceito povoa o dia a dia de famílias e organizações, como se fossem atitudes naturais que geram conforto e motivos de piadas no meio social. Ele invade a vaidade humana e a afasta o ser diferente. Na teoria todo mundo aceita o “politicamente correto”, mas na prática não é bem assim: quem não se enquadra numa pretensa “normalidade” fatalmente será vítima do preconceito. Manifestações explícitas de preconceito acontecem todo dia, em todos os lugares, sem que as pessoas se deem conta.

O cidadão brasileiro renega e muitas vezes desconhecem a sua própria carta magna, quando insiste em desrespeitar os principais artigos que lhe assegura o direito a dignidade e o respeito, presentes em alguns artigos, como: Artigo 3º da Constituição Federal que constituem objetivos fundamentais como: I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - Garantir o desenvolvimento nacional; III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - Promover o bem de todos,

sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já no 5º artigo, que com clareza expressa a inclusão social, diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já citada anteriormente nesta pesquisa em que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 3º, princípio IV que tem como foco respeito à liberdade e apreço à tolerância. Portanto, compreende-se que atribui a escola a responsabilidade de promover discussões sobre as desigualdades sociais e, desta forma contribuir na formação dos sujeitos que interagem com o outro, na diversidade.

Em 10 de dezembro de 2008 comemorou-se os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, teve 48 votos a favor e oito abstenções e surgiu como uma reação às atrocidades testemunhadas durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Essa declaração estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e coloca os homens e as mulheres como centro da história, definido por sua humanidade e não mais por sua classe social.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos não tenha caráter de legislação, seu texto influenciou diretamente a Constituição de diversos países, incluindo a brasileira, de 1988. A partir dela, o Brasil caminhou para a aprovação de uma série de estatutos – como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo – como instrumentos legais dos conceitos pressupostos em seus artigos.

Rever a Declaração Universal dos Direitos Humanos nos dias de hoje é tão importante quanto o foi em 1948, uma vez que, segundo Ban Ki-moon, então secretário-geral da Organização das Nações Unidas – ONU, “as liberdades fundamentais ainda não são reais para todos”. (...) É a chance de assegurar que esses direitos sejam uma realidade – que sejam conhecidos, entendidos e gozados por todos, em todo lugar.

A educação é por si mesma um direito fundamental que deve ser garantido a toda e qualquer pessoa. É, também, um processo que deve estimular o pleno desenvolvimento da pessoa, de suas potencialidades, de valores e atitudes em favor de uma sociedade justa para todas as pessoas e não tão desigual como a que ainda temos.

Neste sentido, a relação entre Educação e Direitos Humanos é estreita, uma vez que, além de referendar a Constituição Federal Brasileira determina como princípio, a defesa

da dignidade humana, ao garantir a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em consonância com esses princípios, determina textualmente que educar para os direitos humanos é estimular uma prática educativa inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando.

No entendimento do teólogo, filósofo e educador (Meier. 2012, P. 1) a educação é um direito fundamental que deve ser garantido a toda e qualquer pessoa. É, ao mesmo tempo, um meio para a realização de outros direitos fundamentais. Neste sentido, entende-se a “Educação” como um processo que deve estimular o pleno desenvolvimento da pessoa, de suas potencialidades, de valores e atitudes em favor de uma sociedade mais justa e menos desigual como a que ainda vemos atualmente.

Desta forma, a essência desta pesquisa é timidamente analisar e refletir sobre as interações entre os sujeitos que fazem a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Escritor José Lins do Rego, no que diz respeito ao encontro da diversidade de indivíduos e as ações realizadas que venham contribuir com a harmonia entre os que interagem nesta comunidade escolar, como também fundamentar e estruturar as futuras discussões sobre o importante papel da escola e que venham ampliar as possibilidades e diminuir as diferenças que possam se transformar em desigualdades.

Sabe-se que, na maioria das vezes, o preconceito e a discriminação a determinadas pessoas surgem em função de características consideradas social e/ou culturalmente negativas, em relação a outras. Cor da pele, orientação sexual, gênero, necessidades de educação especial, opções religiosas são alguns exemplos de situações em que a diferença se transforma em desigualdade.

Neste sentido, a escola precisa discutir um currículo, comprometido com seu tempo e entendido como espaço de cultura, favorecendo a construção da identidade, o desenvolvimento da capacidade de agir com autonomia e com consideração ao outro, entrelaçados pela incorporação à diversidade.

Ressalta-se o papel social dos educadores em sua função de atuar diretamente na formação de seres humanos, peças-chave na edificação de novos e de melhores tempos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O estudo apresentado se propôs analisar o papel que a educação assume frente às questões de exclusão, diante das diferenças, no ambiente de convivência da Escola Escritor José Lins do Rêgo. Para além da perspectiva da compreensão das formas em que os jovens interagem, mas que este projeto venha, no futuro, servir como referência de mudanças para com a inclusão igualitária dos jovens desta comunidade.

Na escola, as relações de diferenças ganham pouca relevância entre os educadores e educadoras, consequência da ausência de conteúdos que contemplem esse tema nos currículos, nos cursos de formação docente e até mesmo no âmbito acadêmico, em que são pouco examinadas as dimensões de exclusão no dia a dia escolar, talvez pela dificuldade em refletir, não apenas sobre as desigualdades entre os sujeitos, mas também os significativos traumas ocasionados por elas. É notório e justificado que toda dificuldade que o professor tem para trabalhar estes temas, junto aos alunos, é consequência da ausência ou poucas políticas públicas educacionais que contemplem as relações em que interagem os sujeitos.

Percebe-se que ausência das questões sobre diversidade no currículo e na formação de professores, interfere nas práticas cotidianas da escola e da sala de aula, contribuindo, em última instância, para a persistência de valores e práticas que reafirmam as desigualdades entre os jovens.

Acredita-se assim, que é necessário ultrapassar a questão do acesso à escola, e que se inclua o tratamento igualitário dos jovens na sala de aula, assim como um conteúdo curricular que reconheça e respeite as identidades dos sujeitos.

A Constituição, a LDB e o PCN se apresentam como documentos de difíceis interpretações quando se trata da diversidade, do multiculturalismo, de identidades e de diferenças, porém, o PCN, mais do que a LDB, demonstra a tentativa explícita de se incorporar a estas temáticas nos conteúdos curriculares, e com isso representam o documento mais importante neste sentido até então, porém, de forma insuficiente.

Portanto, as discussões sobre desigualdade no âmbito educacional pouco avançou para além da garantia de acesso igualitário de meninos e meninas à escola.

As práticas em sala de aula e o cotidiano na escola pouco foram alterados nas últimas décadas, pela própria escassez de discussões, o que demonstra um retrocesso na discussão das relações, que nos permitem pensar de forma mais flexível e menos determinista.

Para que possamos avançar neste sentido, é necessário que questões ligadas às construções de igualdade na sociedade, como um todo, sejam trazidas à tona e amplamente discutidas com os profissionais ligados à educação, a fim de transformar o enfoque dado a estas questões, num tema mais amplo e realmente emancipador.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se propôs analisar o papel que a educação assume frente às questões de exclusão diante das diferenças, apresentando como principal objetivo analisar as formas de interação entre os que compõem a comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Escritor José Lins do Rêgo, no que diz respeito às relações que venham ocasionar atitudes de exclusão, pela ausência do respeito às diferenças entre os sujeitos que formam esta comunidade.

Para concretização deste trabalho foram realizados métodos e procedimentos que contribuíram positivamente para discorrer o desenvolvimento desta pesquisa.

A referente pesquisa foi estruturada em um estudo bibliográfico sobre o objeto de estudo, revisando conceitos importantes para o aprofundamento da temática abordada.

As informações agregadas aos dados bibliográficos foram obtidas em artigos e dissertações publicadas em sites na internet e nos livros utilizados durante o curso desta especialização: Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado questionários com um grupo de cem alunos, com questões que abordaram sobre preconceito e exclusões vivenciadas no dia a dia do ambiente escolar, onde apenas trinta respostas foram utilizadas para análise e reflexão. A análise dos dados obtidos foi feita, fundamentada nos conceitos obtidos através dos estudos bibliográficos.

A ocorrência da dialética improvisada com alguns educadores, no ambiente de convivência dos professores, foi de grande relevância para este estudo, por obter informações sobre os principais tipos de preconceitos ocorridos no dia a dia de sala de aula e a real forma em que interagem os alunos.

Durante a permanência na sala dos professores foi possível identificar pequenos momentos de diálogos e discussões entre educadores, sobre atitudes de exclusão diante das diversidades, através da existência de um projeto realizado na escola, denominado: Educando para uma Escola Livre de Preconceitos.

Ainda de maneira informal foi obtida a informação, através dos gestores e da psicóloga, da ocorrência de algumas violências entre alunos, motivadas por algum tipo de exclusão, denominadas por eles como brincadeiras.

Considero satisfatória a metodologia realizada durante esta pesquisa, contribuindo de forma positiva para as devidas conclusões.

1 Reflexões dos Dados Obtidos Através de Questionários

O aumento da violência nas instituições de ensino, ocasionada, na maioria das vezes, por algum tipo de preconceito tem estimulado as instituições de ensino a dialogarem sobre esta problemática. Na Escola Estadual de Ensino Médio Escritor José Lins do Rêgo, como nas demais escolas, acredita-se não ser diferente e, portanto, não devendo ficar de fora na luta contra qualquer tipo de exclusão. Seu enfrentamento requer estratégias específicas voltadas a garantir a todos o direito às diferenças entre as relações humanas que acontecem na escola, como por exemplo, o reconhecimento da diversidade sexual, da pluralidade das expressões de gênero, diversidade religiosa e até mesmo das formas diferentes de apresentarem seu físico, ou seja, seu estilo. Nesse espaço, é preciso confrontar crenças e valores que alimentam os preconceitos que hostilizam os sujeitos, pois pedagogias que reiteram as lógicas da exclusão prejudicam a formação de todas as pessoas.

É fundamental reconhecer na escola atitudes que reproduzam ou amplie situações de desamparo e hostilidades a que muitos se submetem, como por exemplo, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, negros, religiosos etc. e que não multiplique, dentro da escola o que muitos já sofrem no ambiente familiar, em sua comunidade e em outros espaços da sociedade. Trabalhar o preconceito na escola é sem dúvida, uma propagação para os demais segmentos da sociedade, uma vez que, é na escola que se formam sujeitos para uma vida ética e humanizada.

As atitudes de exclusão, na sociedade, costumam ser vistas como um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), principalmente em relação aos homossexuais ou mais concretamente, a lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais, sendo essas atitudes bem evidentes no âmbito escolar. Na verdade, a homofobia transcende sentimentos individuais: trata-se de preconceito, discriminação e violência contra pessoas cuja orientação sexual (orientação do desejo sexual), identidades ou expressões de gênero (identificação dos sujeitos com configurações de masculinidade ou de feminilidade), em que a grande maioria da sociedade impõe a heteronormatividade, ou seja, valores, normas e dispositivos por meio dos quais a heterossexualidade é instituída como a única forma legítima e natural de expressão indentitária e sexual. Nesse sentido, as práticas sexuais que não reproduzem estas normas são vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade ou pecado.

Portanto, a importância de se promover discussões, dentro da escola, que possam contribuir com as relações humanas entre os que compõem a comunidade escolar é,

sobretudo, fundamental na formação dos sujeitos, fortalecendo a compreensão de que todos têm direito a felicidade e a dignidade.

Com esta concepção apresentam-se resultados baseados nas reflexões e análises obtidos das respostas dos questionários realizados junto a um grupo de discentes desta comunidade escolar:

Ao responderem individualmente sobre o que entendia por preconceito, a maioria dos alunos teve dificuldade em construir uma definição, porém não teve dificuldade em reconhecer atitudes que são consideradas preconceituosas, respondendo através de exemplos os preconceitos vivenciados no seu cotidiano, citando-se por exemplo, algumas respostas apresentadas:

É um ato de discriminar uma pessoa por sua cor, opção sexual, classe social e outros; é um ato que você não aceita, digamos assim, que pode não gostar do jeito que as pessoas são; quando penso em preconceito lembro da cor da pele, homofobia e outros; são pessoas que acham que só porque a outra pessoa não é igual a ela, trata diferente.

Quando se pediu para citar alguns tipos de preconceitos observados no cotidiano escolar, todos os alunos reconhecem pelo menos um tipo de preconceito. Destacou com maior frequência o preconceito racial, identificando-o na maioria das vezes como cor da pele, foi citado também, varias vezes, o preconceito homofóbico, seguido pelo religioso, contra obesidade, estilo de cabelo e vestimentas, contra nordestinos, social e de nacionalidade. Como por exemplo, destaca-se algumas respostas:

Preconceito contra gays, negros e brancos também, pobres e deficientes; Preconceito em relação a cor, se é negro ou gordo, feio ou bonito, gêneros musicais entre muitos outros; preconceito racial é o que predomina logo depois o sexual e também físico e social.

Ao perguntar se já viu alguém sofrer algum tipo de preconceito e como se sentiu? Das trinta respostas obtidas apenas uma disse que não tinha visto nenhuma pessoa sofrer preconceito. Os demais presenciaram diversos tipos de preconceitos e sentiram-se, na maioria das vezes, mal por não poderem fazer nada para defender a pessoa que sofrera o preconceito. Nesta questão citaram alguns exemplos de preconceitos que presenciaram com pessoas do seu convívio, motivo este que aumentaram as suas indignações. Como por exemplo:

Sim, eu me senti muito mal, era com alguém que conhecia e muito próximo. Nem eu e muito menos ele ficamos bem; sim, me senti impotente por não poder ajudar e ver que em pleno século XXI existe isso ainda; sim, com meu amigo que é homossexual. Não sei por que as pessoas tratam isso como se fosse uma doença contagiosa.

Ao perguntar se já sofreu algum tipo de preconceito e como reagiu? A grande maioria respondeu que já havia sofrido algum tipo de preconceito, principalmente quando obesa e negra. A maioria disse, também, que ficou triste, sofreu e que não se defendeu. Outros responderam que souberam se defender ou saberiam se tivessem sofrido preconceito. Um aluno relatou que ao sofrer exclusão solicitou ajuda da escola e a mesma solucionou o problema. Outro aluno respondeu que ao sofrer preconceito teve vontade de brigar, o que só vem a confirmar que o preconceito gera violência e sofrimento. Confirmando através das seguintes respostas:

Sim, senti-me um pouco triste e ao mesmo tempo com raiva, vontade de brigar, mas veio alguém e conversou comigo; sim, mas geralmente levo na esportiva, mas às vezes machuca; sim, no tempo que eu tinha cabelo grande, fui chamado de marginal.

Ao perguntar se já agiu com preconceito, até mesmo com brincadeiras (bullying), com alguém do seu convívio, na escola, por exemplo? Das trinta respostas analisadas apenas sete respondeu que nunca tinha agido com preconceito, as demais afirmaram que sim, porém alguns lamentaram por terem agido de tal forma ao perceberem o sofrimento que causaram. Alguns agiram por vingança, por já terem sofrido antes, outros citaram que eram apenas brincadeiras e agiram sem pensar, outros disseram que quando percebia que o outro não gostava, parava a brincadeira. Uma resposta que mais surpreendeu foi quando o aluno falou que chamava o amigo de bi, veado, fresco, mas que era de forma carinhosa. Percebe-se, ao analisar estas respostas, que o preconceito já faz parte do cotidiano dos alunos, sendo considerado normal, para aqueles que agem com preconceito nos seus ambientes de convivência, inclusive na escola. Algumas respostas que foram utilizadas para reflexão:

Sim, talvez eu faça algumas brincadeiras que acabam machucando sem perceber; sim, às vezes não tenho noção do que isso possa afetar na vida das pessoas; eu já pratiquei com meu amigo porque tinha a voz fina, mas depois me senti mal e pedi desculpas.

Foi perguntado se a escola já havia feito alguma discussão sobre preconceito e das trinta respostas analisadas apenas nove disseram que sim. Quando foi realizado este questionário foi identificado que um grupo de cinco professores e um número reduzido de turmas estava dando início às ações de um projeto de nome: Educando para uma Escola Livre de Preconceito, o que justificou as respostas que afirmaram a existência de discussões sobre preconceito. Na verdade o que se conclui sobre as demais respostas é que a escola se omite em tratar de um tema tão necessário e urgente. Entende-se que estas discussões devam estar presentes nos conteúdos programáticos, de forma interdisciplinar e conseqüentemente fazer parte do Plano Político Pedagógico (PPP). Lamentavelmente não acontece e questiona-se se a escola está preparada para tais discussões.

Algumas respostas que foram citadas: bem, que eu lembre, não; não, mas deveria se aprofundar no assunto; que eu me lembre, não; está fazendo.

Foi também perguntado se achava necessário a discussão sobre preconceito na escola, com o objetivo de formar pessoas livres de qualquer tipo de exclusão. Vinte e oito respostas das trinta analisadas disseram que sim e enriqueceram as suas afirmações citando a importância de tratar o tema na escola com o intuito de formar cidadãos melhores para sociedade.

Uma das respostas confirma a existência de preconceito, quando um aluno respondeu que era necessário ter discussões sobre racismo, porém sobre homossexualismo não achava necessário por ser coisa do demônio e finalizava sua resposta que estava escrito na bíblia. Esta afirmação citada pelo aluno fortalece a necessidade da escola refletir sobre as suas funções e educar para o respeito com a diversidade.

Finalizando o questionário foi perguntado sobre o que achava sobre as práticas homofóbicas. A maioria mostrou indignação com atitudes homofóbicas, enfatizando as suas respostas com a afirmativa de que todos têm direito a fazerem suas escolhas e serem respeitados. Apenas uma resposta que demonstrou claramente intolerância ao homossexualismo, quando o aluno respondeu que não aceitar um gay é normal, mas não é a favor de bater e matar, pois optar ser gay ou lésbica já sabe o que vai passar, que é o “não” da família e da sociedade.

A resposta deste aluno retrata o sentimento de muitas pessoas, ao demonstrar claramente que simplesmente tolera o homossexualismo e até respeita, mas aceitar não.

6 CONCLUSÃO

As dificuldades de se falar sobre o preconceito diante das condições desiguais que se observa na sociedade, são as mesmas dificuldades que ditam também o comportamento do educador diante de atitudes preconceituosas, observadas em sala de aula. Grande Parte de professores afirma não ter conhecimento, o suficiente, para lidar com as questões que ocasionam desconforto, motivadas por atitudes preconceituosas, como por exemplo, sobre a homofobia. Desta forma entende-se que a realização de um trabalho coletivo sobre o tema preconceito seja necessário e discutido com profundidade e que se torne um assunto a ser debatido de forma delicada no planejamento escolar e nas horas de trabalho pedagógico coletivo.

O sentimento de tolerância é bastante presente entre os membros da comunidade escolar. Sentimento este que não está de acordo com a sua antiga definição: Tolerar é compreender que existem diferenças e aceitá-las. “Na verdade o sentimento de tolerância observado é de aceitar o que poderia ser condenado, é deixar fazer o que poderia impedir ou combater.” E a isso se justifica a dificuldade de se discutir sobre atitudes preconceituosas que surgem no dia a dia da comunidade escolar. Em sala de aula pode-se exemplificar o exercício da tolerância através da observação do comportamento natural dos adolescentes quando extravasam sua energia e expõem seu modo de pensar, muitas vezes de forma exagerada e inconsequente. A tolerância encontra seu limite, apenas, quando tais atitudes ameaçam ultrapassar o respeito e a autoridade a que o professor tem direito.

O preconceito presente na escola não se configura apenas quando nos referimos a cor da pele, gênero, nível social ou intelectual etc. Ele também está presente numa simples brincadeira, citadas pelos próprios alunos, nos pequenos comentários e atitudes diárias em que ocorrem julgamentos de pessoas ou fatos sem um prévio conhecimento, ocasionando, muitas vezes, em erros irreparáveis. Fortalece-se, portanto, que a escola é o melhor lugar de se educar vias ao respeito, para que se minimizem as atitudes de exclusão e se forme uma sociedade mais justa. Caso a escola se negue refletir sobre esta grave problemática, entende-se que ela reproduz atitudes de exclusão.

“Quando não nos abalamos com a dor e a injustiça que vitima outros, ou nos comportamos com indiferença diante de tantas atrocidades que ocorrem no mundo e nos julgamos não responsáveis para tentar minimizar tais situações, este modo de “tolerância” é o egoísmo”. Em sala de aula, cabe ao professor estar devidamente preparado para lidar com

situações de intolerância e preconceito, exercendo ele mesmo, o respeito às diferenças e multiplicando-o aos seus alunos. O professor deve trabalhar no intuito de modificar opiniões e saberes, baseado num conjunto de representações individuais e coletivas que são absorvidas pelos jovens no convívio social.

Definitivamente, no ambiente escolar, o preconceito e a intolerância podem e devem ser combatidas através do aprendizado. Aprender a respeitar o outro transforma opiniões e saberes e conseqüentemente são reproduzidos e multiplicados além das paredes da escola. O mestre deve ser merecedor da confiança do aluno e suas atitudes preconceituosas ou não, influenciam no aprendizado e no modo de perceber o mundo.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, K.I; ALVES, J.E.D. **A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX**. ABEP, 2004. Disponível em 30/10/13 <http://www.SCIELO.br/pdf/ep/v39n136/a0739136.pdf>.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988): República Federativa Brasileira. Artigos: 7º, 5º e 3º.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL – **Direitos Humanos no Brasil**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos
Portal: Direitos humanos. Acesso em 17/03/13, 12h15min.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Em 29/10/13.

LOURO, Guacira Lópes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva pós-estruturalista** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEIER, Celito. **A Escola na Luta Contra o Preconceito e a Discriminação**. Revista Dontotal – Colunas Celito Meier. Em 14/08/12. Disponível em <http://www.dontotal.com/colunas/detalhes.php>. Acesso em 01/06/13.

NASCIMENTO, V. P. **Escola Plural: A Diversidade está na Sala** – São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2005. – (Série fazer valer os direitos)

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=263&Itemid=253>. Em 30/10/13.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: A Perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: 2011.

VIANNA, C. P. ; UNBEHAUM, S. **O Gênero nas Políticas Públicas de Educação no Brasil**: 1988 - 2002. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>. Disponível em 11/12/2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

Momento de dialética junto aos professores.



APÊNDICE B:

Aplicação do questionário com os alunos



APÊNDICE C:

Participação dos alunos no evento sobre preconceito étnico

(Evento ocorrido do projeto Educando para uma Escola Livre de Preconceito)



APÊNDICE D:

Modelo do Questionário Realizado com os Educandos

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ESCRITOR JOSÉ LINS DO RÊGO**Questionário**

1- O que você entende por preconceito?

2- Cite alguns tipos de preconceitos observados no seu cotidiano:

3- Você já viu alguém sofrer algum tipo de preconceito e como se sentiu?

4- E você, já sofreu algum preconceito? Como reagiu?

5- você já se pegou agindo com preconceito, até mesmo através de brincadeiras (bullying), com alguém do seu convívio, na escola por exemplo?

6- Sua escola já fez alguma discussão sobre preconceitos?

7- Você acha necessário que se discuta preconceitos aqui na escola, com o objetivo de formar cidadãos livres de qualquer tipo de exclusão?

8- O que você acha de práticas homofóbicas?

**Que bom contar com a sua opinião!
Ela vai fazer toda diferença.**